

PREFEITURA DE QUARTO CENTENÁRIO

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LEI Nº 518, de 23 de junho de 2015

Alterada pelas Leis n.º 591 de 08 de fevereiro de 2018 e n.º 641 de 17 de fevereiro de 2020.

JUNHO/2015

REINALDO KRACHINSKI

Prefeito

FÁTIMA APARECIDA BUGNO DE OLIVEIRA

Vice-Prefeita

ALICE MIYUKI MIYASHITA

Secretária Municipal de Educação

ELISEU DE ALMEIDA

Presidente da Câmara de Vereadores

ANTÔNIO DA SILVA PEREIRA

DIOGO DOS SANTOS

GABRIEL DE CARES

JOÃO BATISTA KOASNE

JOÃO PEDRO NETTO

JORGE FERNANDO BERGO

MARCOS APARECIDO BEIJORA

SILVIO APARECIDO BESSANI

Vereadores

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE QUARTO CENTENÁRIO

COMISSÃO COORDENADORA

Alice Miyuki Miyashita

Representante da Secretaria Municipal da Educação

Elizeu de Almeida

Representante do Poder Legislativo

Darci Fernandes Moreno

Representante da Sociedade Civil Organizada

Elizabete Rodrigues da Silva

Representantes do Conselho Municipal de Educação

EQUIPE TÉCNICA

Viviane Aparecida de Oliveira Bizetti Cano

Caracterização Geral do Município

Luciana de Souza Molina

Educação Infantil

Vilma Aparecida Alves Valle

Ensino Fundamental

Wilson Rogério Mostáchio

Ensino Médio

Angela Emi Miyashita

Educação Superior

José Fianco de Aquino

Educação de Jovens e Adultos

Marcia Rodrigues da Silva Niro

Educação Tecnológica e Formação Profissional

Rosana Dimidiuk

Educação Especial

Aparecida Reberti Dalaqua

Formação dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino e
Valorização do Magistério

Ofélia Ramos Gonçalves

Financiamento da Educação da Rede Municipal de Ensino

Dilma Maria dos Santos Ferreira Barbosa

Gestão da Rede Municipal de Ensino

Fernanda Gorri Pareja Cardoso

Representante do Núcleo Regional de Educação de Goioerê

CONSULTORIA
GAE – CONSULTORIA E PROJETOS EDUCACIONAIS LTDA

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	6
LISTA DE FIGURAS.....	7
LISTA DE GRÁFICOS.....	8
LISTA DE TABELAS.....	9
 LEI Nº 518/2015.....	 11
 I - APRESENTAÇÃO.....	 13
 II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO.....	 14
1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS.....	14
2. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	15
2.1 Marcos Históricos.....	15
2.2 Símbolos Municipais.....	16
3. ASPECTOS POPULACIONAIS.....	18
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	18
5. ASPECTOS CULTURAIS.....	19
6. ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	20
6.1 Rede Escolar.....	20
6.1.1 Escola Municipal Presidente Castelo Branco.....	20
6.1.2 Escola Municipal Germana Afonso Moleiro.....	21
6.1.3 Centro Municipal de Educação Infantil Coração de Maria...	22
6.1.4 Centro Municipal de Educação Infantil Luiz Fava.....	23
6.1.5 Colégio Estadual Quarto Centenário.....	24
6.1.6 Colégio Estadual Bandeirantes D'Oeste.....	25
6.2 Infraestrutura.....	26
6.3 Matrículas.....	28
6.3.1 Educação infantil.....	28
6.3.2 Ensino fundamental.....	29
6.3.3 Ensino médio.....	30
6.3.4 Educação de jovens e adultos.....	30
6.4 Recursos Humanos.....	31
6.5 Indicadores Educacionais.....	33
6.5.1 Rendimento escolar.....	33
6.5.2 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB....	33
6.6 Educação Especial.....	34
6.7 Educação Superior.....	36
6.8 Educação Profissional.....	37
6.9 Valorização do Magistério.....	38
6.10 Profissionais de Apoio à Educação.....	41
6.11 Órgão Municipal de Educação.....	41
7. FINANCIAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	45
 IV - METAS E ESTRATÉGIAS.....	 48
V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO.....	68
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	69
SITES CONSULTADOS.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFUSA	Associação dos Funcionários da Distribuidora de Combustível SAARA
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
APMI	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância
ASSEMBQ	Associação dos Funcionários da Prefeitura
ASSUQ	Associação dos Universitários de Quarto Centenário
ASTRILHA	Associação dos Trilheiros do Amanhã
CEE-PR	Conselho Estadual de Educação do Paraná
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
COPACOL	Cooperativa Agroindustrial Consolata
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PROEM	Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEED-PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SERE	Sistema Estadual de Registro Escolar
SIGET	Sistema de Gestão do Transporte Escolar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Brasão Municipal.....	16
Figura 2.	Bandeira Municipal.....	17

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Pirâmide etária de Quarto Centenário, 2010.....	18
------------	---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	População Total de Quarto Centenário, 1991/2010.....	18
Tabela 2.	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Quarto Centenário e seus componentes, 1991/2010.....	19
Tabela 3.	Infraestrutura das instituições de ensino existentes no Município, 2015.....	26
Tabela 4.	Infraestrutura das instituições que ofertam a educação infantil, 2015.....	26
Tabela 5.	Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam a educação infantil, 2015.....	27
Tabela 6.	Infraestrutura das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015.....	28
Tabela 7.	Instituições de ensino que ofertam a educação infantil, 2015.....	29
Tabela 8.	Matrículas da educação infantil, 2011 – 2015.....	29
Tabela 9.	Instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015.....	29
Tabela 10.	Matrículas do ensino fundamental, 2011 – 2015.....	30
Tabela 11.	Instituições que ofertam o ensino médio, 2015.....	30
Tabela 12.	Evolução das matrículas do ensino médio regular, 2011 – 2015.....	30
Tabela 13.	Oferta da EJA, 2015.....	31
Tabela 14.	Matrículas da EJA, por programas ou cursos, 2011 – 2015.....	31
Tabela 15.	Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede municipal de ensino, 2015.....	31
Tabela 16.	Recursos humanos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, 2015.....	31
Tabela 17.	Recursos humanos do ensino fundamental da rede estadual de ensino, 2015.....	32
Tabela 18.	Recursos humanos para o atendimento do ensino médio na rede estadual de ensino, 2015.....	32
Tabela 19.	Rendimento escolar no ensino fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014.....	33
Tabela 20.	Rendimento escolar dos alunos do ensino médio regular, por rede de ensino, 2011 – 2014.....	33
Tabela 21.	Resultados dos IDEBs 2005-2013 no ensino fundamental e as metas previstas, 2007-2021.....	34
Tabela 22.	Atendimento da educação especial no ensino regular, 2015.....	35
Tabela 23.	Evolução das matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, incluídos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2012 – 2015.....	35

Tabela 24.	Matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos nas salas regulares, 2015.....	35
Tabela 25.	Formação dos professores que atuam nas classes regulares com alunos inclusos, 2015.....	35
Tabela 26.	Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, 2015.....	36
Tabela 27.	Cursos de qualificação profissional ofertados pelo CRAS, 2014.....	37
Tabela 28.	Perspectiva de oferta de novos cursos profissionalizantes pelo CRAS, 2015.....	38
Tabela 29.	Formação dos profissionais do magistério público municipal concursados, 2015.....	40
Tabela 30.	Quadro real dos profissionais do magistério (concursados, contratados, em função gratificada), 2015.....	40
Tabela 31.	Profissionais de apoio à educação, concursados e atuantes nas instituições de ensino da rede municipal, 2015.....	41
Tabela 32.	Organização da educação básica na rede municipal de ensino, 2015.....	42
Tabela 33.	Projetos desenvolvidos nas instituições de ensino, 2015.....	43
Tabela 34.	Parcerias firmadas pelas instituições de ensino, 2015.....	43
Tabela 35.	Recursos aplicados em educação, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00).....	45
Tabela 36.	Indicadores de educação, 2013 – 2015.....	45
Tabela 37.	Aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação municipal, 2013 – 2015.....	46
Tabela 38.	Gastos com merenda escolar, 2013 – 2015.....	46
Tabela 39.	Alunos transportados ao ano, segundo a dependência administrativa, 2013 – 2015.....	46
Tabela 40.	Frota própria de veículos para o transporte escolar, 2013 – 2015.....	46
Tabela 41.	Valores da composição dos recursos anuais com transporte escolar, 2013 – 2015.....	47
Tabela 42.	Órgãos colegiados, 2015.....	47
Tabela 43.	Produto Interno Produto (PIB) de <u>Quarto Centenário</u> , 1999 – 2011.....	47



MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.619.104/0001-41

Lei nº 518/2015

Aprova o Plano Municipal de Educação de Quarto Centenário e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **REINALDO KRACHINSKI, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, constante do Anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º São diretrizes nacionais que da mesma forma presidem o PME de Quarto Centenário:

- I - Erradicação do analfabetismo;
- II - Universalização do atendimento escolar;
- III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - Melhoria da qualidade da educação;
- V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;
- VIII - Estabelecimento de estratégias que assegurem o atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - Valorização dos profissionais da educação;
- X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º A execução do Plano Municipal de Educação se pautará pelo regime de colaboração entre a União, o Estado, o Município e a Sociedade Civil.

§ 1º O Poder Público Municipal exercerá papel indutor na implementação das estratégias estabelecidas no Anexo deste Plano, que deverão ser cumpridas no prazo de sua vigência, desde que não haja prazo inferior definido para as metas nacionais e as estratégias específicas.



MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.619.104/0001-41

§ 2º A partir da vigência desta Lei, as instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, inclusive nas modalidades de Educação para Jovens e Adultos e Educação Especial, integrantes da rede municipal de ensino, em articulação com a rede estadual e privada, que compõem o Sistema Estadual de Ensino, deverão organizar seus planejamentos e desenvolver suas ações educativas, com base no Plano Municipal de Educação.

§ 3º O Poder Legislativo, por intermédio de seus integrantes, acompanhará a execução do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º O Município, em articulação com a União, o Estado e a Sociedade Civil, procederá às avaliações periódicas de implementação do Plano Municipal de Educação e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

§ 1º A primeira avaliação será realizada no segundo ano após a aprovação, e as posteriores a cada dois anos.

§ 2º Caberá ao Poder Legislativo Municipal aprovar as medidas legais decorrentes com vista à correção de deficiências e distorções.

Art. 5º O Poder Público Municipal, em conjunto com o Grupo de Acompanhamento e Avaliação do PME, formado pelo Dirigente Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação, estabelecerão os mecanismos necessários ao acompanhamento de sua execução.

Art. 6º Os planos plurianuais e as diretrizes orçamentárias do Município deverão ser elaborados de modo a dar suporte às estratégias constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 7º O Poder Público Municipal se empenhará na divulgação deste Plano e na progressiva realização das suas estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “29 de Abril”
Quarto Centenário, 23 de Junho de 2015.


REINALDO KRACHINSKI
Prefeito Municipal
REINALDO KRACHINSKI
Prefeito Municipal
CPF 329.708.119-87

I - APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação (PME) de Quarto Centenário define para cada uma das metas nacionais, estabelecidas na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), as estratégias capazes de consolidar o cumprimento dessas metas.

A construção deste PME cumpre a exigência prevista no PNE, constituindo-se em um instrumento fundamental para a melhoria da qualidade educacional do Município. Como bem disse Paulo Freire: “A educação sozinha não transforma a sociedade, porém sem ela a sociedade não muda”.

Para a convivência de todos numa sociedade melhor, mais justa, humana e igualitária, não há como prescindir da força transformadora que é a educação de qualidade.

Baseados nessa premissa é que se construiu este PME com a participação dos diversos segmentos da sociedade, contando com importantes contribuições daqueles que no seu dia a dia, vivem a educação, trabalhando principalmente em órgãos ou instituições educacionais.

O PME de Quarto Centenário está estruturado em metas que foram definidas no PNE para o desenvolvimento educacional do país, porém com estratégias municipais, elaboradas com base no diagnóstico da realidade educacional do Município, observando-se entre outros aspectos, os da evasão escolar, aprovação, reprovação, aspectos pedagógicos, de infraestrutura, administrativos, de valorização dos profissionais da educação e financeiros.

A legitimidade deste documento se constitui num planejamento educacional do Município para todas as redes de ensino, contemplando todos os níveis e modalidades da educação, para um período de dez anos.

O sucesso deste PME está intrinsecamente ligado a um efetivo regime de colaboração entre as instâncias do Poder Público – União e Estado e o Município e à capacidade da mobilização da sociedade no acompanhamento e avaliação da sua implantação e implementação.

II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O município de Quarto Centenário está localizado no Oeste do Paraná, na mesorregião Centro Ocidental Paranaense, possuindo uma área de 321,875 quilômetros quadrados. Sua altitude é de 472 metros acima do nível do mar, latitude 24° 16' 46" sul e longitude 53° 04' 35" oeste de Greenwich.

Limita-se com os municípios de Goioerê, Rancho Alegre D'Oeste, Ubatã, Nova Aurora e Formosa D'Oeste.

Quarto Centenário possui um Distrito com o nome de Bandeirantes D'Oeste que está localizado a 15 quilômetros da sede.

A distância de Quarto Centenário à Curitiba (capital do Estado) é de 538 quilômetros e o aeroporto mais próximo é o de Cascavel, que está a 107 quilômetros de distância.

Os acessos rodoviários ao Município são pela PR-180, sentido Goioerê – Cascavel (faz ligação com a BR-277) e PR-317, sentido Formosa D'Oeste.

O Clima é subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes, com tendência de concentração das chuvas e invernos com geadas pouco frequentes, sem estação seca definida. A temperatura média anual é superior a 22°C e inferior a 18°C. O índice médio de precipitação pluviométrico é de mais ou menos 1.640 milímetros ao ano.

Os solos predominantes são o latossolo roxo moderado e com textura argilosa, com revelo suave ondulado, e terra roxa estruturada eutrófico moderado, textura argilosa apresentando revelo ondulado. Em ambos os casos, os solos de modo geral apresentam excelente potencial agrícola, tanto no ponto de vista de propriedades físicas como químicas. Não apresenta problema de mecanização.

O relevo apresenta-se: plano, com declividade de zero a 3,5%; suave ondulado com declividade de 3% a 8%; ondulado, com declividade de 8% a 13%.

Quarto Centenário é banhado pela Bacia do Rio Piquiri, e os principais rios são: Rio Caracol, Rio Barreiro e Água Bela.

De acordo com a realidade Municipal, pode-se considerar que o território municipal possui mais ou menos uns 500 hectares de matas naturais, 3.000 hectares de matas de preservação permanente e outras com reflorestamento energético com mais ou menos 1.550 hectares.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1 Marcos Históricos

A primeira denominação da localidade foi “Barro Branco”, devido ao tipo de solo e, mais tarde, “Gato Preto”, em homenagem ao proprietário do primeiro estabelecimento comercial, de Gato Preto, homem forte, de cor negra e bastante temido por todos. Nesta época, a localidade pertencia ao município de Campo Mourão.

Por volta de 1954, em homenagem aos 400 anos do Estado de São Paulo, o local passou a denominar-se IV Centenário, nome dado pela família do fundador, Casemiro Gonçalves Moleiro, proveniente de São Paulo e grande proprietário de terras, tendo loteado, vendido e doado terras a interessados, iniciando-se assim o Distrito de IV Centenário, que a partir de 1955 passou a pertencer ao município de Goioerê.

A colonização iniciou-se em 1953. Consta que o primeiro a pisar o solo do lugar foi Vital Jacinto de Souza, com esposa e doze filhos, vindos de Florestópolis. Não demorou muito e estabeleceram-se as famílias de João Gonçalves Mendes, Amário Soares da Cunha, João Ambrósio da Silva, Reinaldo Krachinski, Jeová Abílio Ramos e outros, todos em busca de terras férteis.

Os pioneiros abriram as primeiras clareiras na floresta densa da vegetação subtropical que caracterizava o revestimento das terras do local, descendo os riachos Água Bela, Comissário, Piquiri, Caracol, Ribeirão dos Dez, Água Ronco Feio, Água do Caeté e Rio Jacutinga.

Paulistas, mineiros, principalmente brasileiros das regiões Central, Sudoeste e Nordeste, abriram picadas a facão pelas matas virgens e agrupando-se perto dos rios, derrubaram parte da mata e construíram as primeiras moradias utilizando como matéria-prima a própria madeira, cipós e folhas de palmito que a natureza generosa lhes oferecia.

Na década de 1970, em decorrência de um grande fluxo migratório para a região, formou-se vilas e povoados. Dentre eles, pode-se citar: Bandeirantes D’ Oeste, Joia e Fontoura; surgindo também as comunidades rurais de Água da Figueira, Garcia, Malagutti, Porto V, Porto II, Figueira II, Gleba 32, Jacutinga e Porto III.

A localidade foi se transformando e o seu crescimento acelerava-se dia a dia. As ruas, a princípio estreitas, iam sendo alargadas. As toscas barracas de estuque e tijolos crus sofriam reformas e muitas construções novas, mais confortáveis e modernas surgiram.

Com o afluxo contínuo de lavradores em busca de novas terras, o pequeno povoado foi elevado à categoria de Distrito, em 23 de setembro de 1964 e, elevado à Município por meio da Lei Estadual nº 9.959, de 29 de abril de 1992, com território desmembrado do município de Goioerê. A instalação oficial ocorreu em 1º de janeiro de 1997. Quarto Centenário, município novo da federação, está em seu quinto mandato.

2.2 Símbolos Municipais

O Brasão do município, de autoria do heraldista Reynaldo Valaski, possui a seguinte simbologia: no centro, existem cinco quartéis distintos, através de desenhos são descritas as principais fontes de riquezas existentes no Município. No quartel central, apresenta-se um livro simbolizando a Bíblia Sagrada, marca universal das religiões cristãs; no quartel acima, existe o desenho de um tinteiro com pena, um globo terrestre e um livro, simbolizando a educação e a cultura; no quartel à direita, observa-se uma área agrícola em sua plenitude na cor verde, bem como um agricultor em seu trator, representando a riqueza agrícola do local. O quartel esquerdo apresenta-se o desenho de “*Pinus Elliotis*”, retratando as grandes áreas de reflorestamento. No quartel abaixo, as linhas sinuosas representam os principais acidentes geográficos, como os rios e, observam-se ainda, vastas plantações de algodão, que foi uma das principais culturas do Município.

Na sequência, abaixo, como suporte do Brasão, observam-se duas engrenagens, que representam as indústrias existentes. No topo, observam-se desenhadas três estrelas, a maior representa a sede do Município, as duas menores as localidades de Bandeirantes D'Oeste e Joia. Como suportes do Brasão aparecem ramos de milho e soja e, à direita, ramos de trigo e algodão. A flâmula em azul traz a inscrição do topônimo “Quarto Centenário” e os algarismos 29-04-1992, data da criação do Município e, à direita, os algarismos 01-01-1997, data da posse do primeiro prefeito.

Em cada lado da flâmula, observam-se quatro estrelas, representando as comunidades existentes no território municipal. Os ornamentos do Brasão, estampados em cor verde, simbolizam a esperança, a fé e a vontade de crescer.



Figura 1. Brasão Municipal

Fonte: Prefeitura, 2015.

A Bandeira do Município possui em destaque quatro estrelas, cada uma representando cem anos, formando assim quatrocentos anos que deram origem ao nome do local, o azul representa o céu e a força. Em destaque, também aparece o algodão, o milho, a soja e o trigo, que representam os alimentos que nascem graças ao esforço e ao trabalho dos homens da terra. As quatro faixas verdes representam, sucessivamente, a agricultura, a pecuária, a fauna e a flora, que são

férteis e representam a base da economia do Município. As faixas amarelas são os raios de sol anunciando um novo tempo cheio de transparência e hospitalidade.



Figura 2. Bandeira Municipal

Fonte: Prefeitura, 2015.

O Hino do Município tem letra e música de Carlinhos Macedo e Almir Sales:

Quando a mata a mão desbravada
Num labor incessante sem par
Conhecemos uma nova alvorada
E um glorioso porvir a chegar
Pioneiros bravios com coragem
Da floresta fizeram cenário
Da mais bela e fecunda paisagem
Surgiu Quarto Centenário

Habitamos, este solo gentil imponente
E amamos, nossa terra e a nossa amada gente
As primícias, de um passado augusto e lendário
São reais, e magistras em Quarto Centenário

Desde tempos remotos existe
A vontade de sempre crescer
Mesmo quando alvitre persiste
Pertinaz é o imutável querer
No plantio alcançaram sustento
Na altivez de um vindouro progresso
No estandarte a bravura e alimento
Deste nosso austero sucesso

Nossas águas, rios que trazem a prosperidade
São presentes, que enriquecem a nossa cidade
Nosso povo, alteroso fiel e solidário
É o orgulho, que enaltece Quarto Centenário.

3. ASPECTOS POPULACIONAIS

Entre 1991 e 2000, a população de Quarto Centenário cresceu a uma taxa média anual negativa de -3,05%. Nesta década, a taxa de urbanização do Município passou de 45,91% para 50,35%.

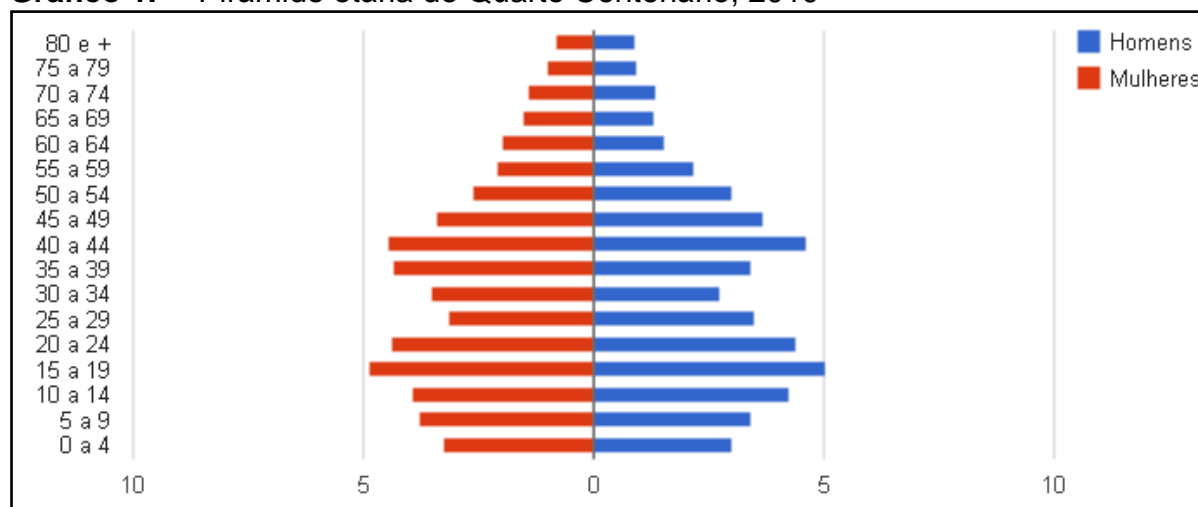
Entre 2000 e 2010, a população do Município cresceu a uma taxa média anual negativa de -0,93%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do Município passou de 50,35% para 59,97%. Em 2010 viviam, no Município, 4.856 pessoas.

Tabela 1. População Total de Quarto Centenário, 1991/2010

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	7.048	100,00	5.333	100,00	4.856	100,00
Homens	3.608	51,19	2.731	51,21	2.391	49,24
Mulheres	3.440	48,81	2.602	48,79	2.465	50,76
Urbana	3.236	45,91	2.685	50,35	2.912	59,97
Rural	3.812	54,09	2.648	49,65	1.944	40,03

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, acesso no site http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/quarto-centenario_pr, em junho de 2015.

Gráfico 1. Pirâmide etária de Quarto Centenário, 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, acesso no site http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/quarto-centenario_pr, em junho de 2015.

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A base econômica do Município está ancorada na agricultura, com destaque para a soja, o milho e o trigo. As atividades comerciais ainda são muito limitadas, tendo um conjunto de empregos predominantemente rural.

A Agência do Trabalhador, programa conveniado com a Prefeitura, é a responsável nos últimos anos pela captação de vagas nas empresas dos municípios vizinhos.

Em 2014 foram ofertadas 18 vagas e em 2015 foram 85 vagas, um crescimento de 21%.

Quanto aos encaminhados ao mercado de trabalho foram: em 2014, 180 trabalhadores e em 2015, 70 trabalhadores.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em Quarto Centenário é 0,710, em 2010, o que situa o Município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do Município é Longevidade, com índice de 0,819, seguida de Renda, com índice de 0,724, e de Educação, com índice de 0,603.

Tabela 2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Quarto Centenário e seus componentes, 1991/2010

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,138	0,402	0,603
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	13,14	26,64	38,63
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	25,17	72,64	96,34
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	18,53	56,70	91,41
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	4,56	48,44	59,94
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	8,40	20,18	53,65
IDHM Longevidade	0,690	0,761	0,819
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,42	70,66	74,11
IDHM Renda	0,558	0,578	0,724
Renda per capita (em R\$)	258,07	291,18	723,41

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, acesso no site http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/quarto-centenario_pr, em junho de 2015.

5. ASPECTOS CULTURAIS

Principais Eventos Culturais do Município:

- Aniversário do Município, 29 de abril;
- Festival de Música FEMUCENTER, acontece junto com as comemorações do aniversário do Município, é organizado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com apoio da Prefeitura;
- Festa do prato típico “Frango Invertebrado” que acontece no primeiro domingo de dezembro, promovida pela Associação dos Funcionários da Prefeitura (ASSEMQ) e Prefeitura;
- Festas Juninas – Festas Caipiras, promovidas pelas escolas e centros de educação infantil, nos meses de junho e julho com apresentações dos alunos das escolas e comidas típicas;
- UAI FEST, festa caipira com trajes e comidas típicas, acontece no mês de julho promovida pela Associação dos Funcionários da Distribuidora de Combustível SAARA (AFUSA);
- Festa da Padroeira Nossa Senhora de Fátima, 13 de maio, com novena que se inicia geralmente no dia 04 de maio, almoço festivo no Domingo, e no dia 13, celebração de coroação a Nossa Senhora de Fátima com partilha do bolo contendo medalhas abençoadas;

- Encontro de Trilheiros, promovido pela Associação dos Trilheiros do Amanhã (ASTRILHA), reúne trilheiros de toda a região, para a realização de trilhas de moto pelas estradas rurais e morros abertos, no meio da mata. Acontece em dezembro, junto com a Festa do Prato Típico.

Feriados municipais:

- 29 de abril, Aniversário do Município;
- 13 de maio, Padroeira Nossa Senhora de Fátima.

Principais locais utilizados para a realização dos eventos: Praça da Igreja Matriz; Barracão da Igreja Matriz; Centro Cultural e Ginásio de Esportes.

Principais esportes praticados: futsal, trilha de motos, pedaladas de bicicleta, capoeira, karatê.

Principal estabelecimento sociocultural do Município: Centro Cultural.

Há ainda um laboratório de informática, o Telecentro Comunitário na Biblioteca Pública que conta com 15 computadores com acesso à internet e com instrutor exclusivo. Neste espaço há atendimento para a comunidade em geral e o mesmo existe há cerca de um ano.

6. ASPECTOS EDUCACIONAIS

6.1 Rede Escolar

A rede escolar de Quarto Centenário é formada por um colégio estadual, uma escola municipal e um centro municipal de educação infantil (CMEI) localizados na sede do Município, e um colégio estadual, uma escola municipal e um CMEI no distrito de Bandeirantes D'Oeste.

6.1.1 Escola Municipal Presidente Castelo Branco

A Escola Presidente Castelo Branco foi fundada no dia 15 de fevereiro de 1973, por meio do Decreto nº 3.037/80. O nome da escola foi dado para homenagear o Presidente Castelo Branco, tal homenagem foi acatada por unanimidade pela comunidade e professores da época. Em 1993, pelo Decreto nº 1.565/93, foi criado o ensino pré-escolar com autorização de funcionamento por meio da Resolução nº 5.588/93, alterando sua nomenclatura para Escola Municipal Presidente Castelo Branco Ensino Pré-Escolar e de 1º Grau.

No ano de 1997, foi autorizado o funcionamento de uma Classe Especial, na modalidade de deficiência mental pela Resolução nº 1.870/97.

A partir de 1997, mudou de nomenclatura, pela Resolução nº 158/97, passando a pertencer ao Município recém criado de Quarto Centenário. A nomenclatura da escola alterou para Escola Municipal Presidente Castelo Branco – Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme disposto na Deliberação nº 003/98, do Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE-PR) e na Resolução nº 3.120/98.

Em 2008, passou a ofertar o ensino fundamental de nove anos, conforme Resolução nº 02/07 do CEE-PR.

Atualmente (2015), a escola funciona em dois turnos: matutino e vespertino, ofertando a educação infantil e o ensino fundamental dos anos iniciais.

6.1.2 Escola Municipal Germana Afonso Moleiro

A Escola Municipal Germana Afonso Moleiro, foi construída no ano de 1968, na gestão do prefeito Gil Marques de Almeida, do Governador de Estado, Dr. Paulo Cruz Pimentel e do Inspetor de Ensino Antonio Bernardino Sena Neto.

Em 1968, foram construídas seis salas de aula em alvenaria, com 48 metros quadrados. No ano de 1971, começou a funcionar três salas de quintas séries no período noturno, regidas pela Lei nº 4.024/61, com extensão da Escola Ribeiro de Campos Ensino de 1º Grau.

No ano de 1973, a arquitetura foi ampliada com a construção do refeitório e uma cozinha de 84 metros quadrados, construída em alvenaria e mais seis salas de aula de 48 metros quadrados, das quais uma foi destinada à biblioteca.

Até o ano de 1981 o estabelecimento funcionava como Unidade Escolar Germana Afonso Moleiro. Em 1981, por meio da Resolução Conjunta nº 3.300/81, de 30 de dezembro de 1981, recebeu a denominação de Escola Municipal Germana Afonso Moleiro – Ensino de 1º Grau.

Em 1988, foi aprovado o Regimento Escolar conforme Resolução nº 2.500/88 e Parecer nº 193/88.

Em 1993, por meio da Resolução nº 5.588/93, foi autorizado o funcionamento do Ensino Pré-Escolar, e através da Resolução nº 6.696/93, a escola recebeu a autorização de funcionamento do Curso de 1º Grau Supletivo – Função Suplência de Educação Geral – Fase I.

Em 1995, por meio da Resolução nº 4.328/96 é autorizado o funcionamento da classe especial em deficiência mental.

Em 1997, por meio da Resolução nº 1.587/97, muda-se a entidade mantenedora para a Prefeitura de Quarto Centenário, data em que Quarto Centenário passou a ser Município.

A partir de 31 de agosto de 1998, com a Resolução nº 3.120/98, passou a denominar-se Escola Municipal Germana Afonso Moleiro – Educação Infantil e Ensino Fundamental, atendendo a 743 alunos do pré-escolar, primeira a quarta séries e supletivo fase I, nos três turnos.

A partir de 21 de dezembro de 2001, foi extinto o supletivo – fase I do período noturno e a escola passou a atender somente a educação infantil e o ensino fundamental das séries iniciais.

A Escola recebeu o nome de Germana Afonso Moleiro, em homenagem ao filho Casimiro Gonçalves Moleiro, fundador da cidade e do neto Paulo Regis Moleiro, também pioneiro, vereador e Oficial Maior de Cartório de Registro Civil do distrito, na época da fundação do estabelecimento de ensino.

Germana Afonso Moleiro nasceu no dia 20 de junho de 1888, em Monções do Minho – Portugal, chegando no Brasil em 1917. Casou-se em São Paulo com Manoel Gonçalves Moleiro. No ano de 1923, retornou à terra natal grávida do terceiro filho. Em 1926, volta para o Brasil, instalando-se na cidade de Mirassol – São Paulo com a família e como proprietários de uma fazenda de café. Faleceu na cidade de Mirassol, no dia 3 de agosto de 1942, deixando os filhos Laurinda Gonçalves Moleiro, João Gonçalves Moleiro e Casimiro Gonçalves Moleiro, além de nove netos.

6.1.3 Centro Municipal de Educação Infantil Coração de Maria

O Centro Municipal de Educação Infantil Coração de Maria, teve seu início de funcionamento no dia 19 de março de 1991, atendendo crianças de zero a seis anos de idade. Neste período, o município de Quarto Centenário ainda era distrito de Goioerê, mas já haviam construídos alguns prédios para uso da comunidade.

Vendo estes prédios fechados e sabendo da necessidade de uma creche na comunidade, que viesse a atender os filhos das mães boias-frias, uma freira da comunidade (Irmã Maria do Carmo Pereira) começou a fazer um levantamento na cidade para saber quantas famílias carentes necessitavam dos serviços de uma creche. Feito isso, abriram-se as portas do prédio e esta começou a funcionar em situações precárias. Sem dispor de recursos materiais e financeiros suficientes para sua manutenção, inicialmente, começou atendendo pouco mais de 20 crianças, mas com uma imensa lista de outras que aguardavam vagas para serem atendidas.

O quadro de funcionários era escasso, sendo os mesmos cedidos pela Prefeitura de Goioerê, via Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI).

Com muito esforço, trabalho e ajuda da comunidade, após um ano de funcionamento, a instituição recebeu o nome de Creche Coração de Maria. Com a ampliação do quadro de funcionários, pode-se ampliar o número de crianças atendidas. Foram providenciados os documentos, elaborou-se o estatuto e o Regimento Interno. Com a legalização dos documentos começou a receber recursos da Legião Brasileira de Assistência (LBA) cuja meta era para atender 45 crianças. Esse montante passou a ser complementado por doações da comunidade, o que possibilitou aumentar ainda mais o número de crianças atendidas.

No segundo ano de funcionamento, abriu-se uma sala de aula para atender os alunos do pré-escolar, cujo funcionamento foi autorizado pela Resolução nº 5.586/93, de 18 de outubro de 1993, com alteração da denominação para Pré Escola Municipal Coração de Maria – Jardim de Infância. Desse modo, a entidade foi inscrita no programa da merenda escolar.

Em outubro de 1995, foi aprovado o Regimento Escolar pela Resolução nº 2.319/95. No ano de 1997, com a emancipação do município de Quarto Centenário, a entidade desmembrou-se da APMI de Goioerê passando a funcionar em parceria com a Prefeitura de Quarto Centenário, que fez o repasse do funcionalismo e as demais despesas por meio de convênio.

Em dezembro do mesmo ano, foi prorrogado o prazo de funcionamento para mais três anos, passando a denominar-se Pré Escola Municipal Coração de Maria – Jardim III. Em 1998, a entidade passou a denominar-se Pré Escola Municipal Coração de Maria – Educação Infantil.

De acordo com a Deliberação nº 003/98, sua nomenclatura passou para Centro Municipal de Educação Infantil Coração de Maria.

No dia 30 de outubro de 2000, foi aprovado o Regimento Escolar pelo Parecer nº 253/00, do Núcleo Regional de Educação de Goioerê.

Em 28 de janeiro de 2004, foi autorizado o funcionamento para mais três anos através da Resolução nº 290/04, válido até o final de 2006, quando foi concedida nova prorrogação pela Resolução nº 1.223/07, de 28 de fevereiro de 2007. Ainda em 2007, ampliou-se o espaço físico, bem como a oferta de vagas, resultando ainda na organização das faixas etárias, destinando-se um prédio para atendimento de zero a três anos e o segundo prédio destinado à oferta de pré-escola.

No ano de 2009, cumprindo-se a Lei nº 11.274/06, que altera de sete para seis anos a obrigatoriedade do ensino básico, o atendimento no Centro Municipal de Educação Infantil passou a limitar-se à faixa etária de zero a cinco anos de idade.

6.1.4 Centro Municipal de Educação Infantil Luiz Fava

O Centro Municipal de Educação Infantil Luiz Fava foi construído no ano de 2006 e está em processo de elaboração de documentos necessários para que seja autorizado o seu funcionamento, oferecendo atendimento de creche e pré-escola a todas as crianças na faixa etária entre zero a cinco anos de idade, residentes no distrito de Bandeirantes D'Oeste e redondezas.

Luiz Fava nasceu em 12 de janeiro de 1933, em Guaiambé Estado de São Paulo. Chegou em Bandeirantes D'Oeste em 01 de abril de 1962, onde adquiriu a Fazenda Copacabana e posteriormente, entre outras, também a Fazenda Kajiwará, ambas vizinhas ao distrito de Bandeirantes D'Oeste, onde permaneceu até o seu falecimento em 06 de março de 1999, num acidente aéreo. Técnico Agropecuário, Luiz Fava gerou muitos empregos e auxiliou no desenvolvimento do distrito. Realizou a doação do lote de terreno onde hoje se encontram construídos a Escola Municipal Presidente Castelo Branco, o Posto de Saúde, o Campo de Futebol e o Centro Municipal de Educação Infantil Luis Fava.

6.1.5 Colégio Estadual Quarto Centenário

O Colégio Estadual IV Centenário – Ensino Fundamental e Médio começou a funcionar em prédio próprio no ano de 1980, por meio do Decreto de criação nº 3.037, de 09 de outubro de 1980, com a denominação de Escola Estadual IV Centenário Ensino de 1º Grau, mantida pelo Governo do Estado do Paraná.

De acordo com a Resolução nº 8.020, ficou reconhecido o curso de 1º Grau de Ensino Regular nos períodos diurno e noturno o qual já funcionava como extensão da Escola Estadual Ribeiro de Campos, não sendo uma implantação gradativa, pois possuía no diurno três quintas séries, no noturno uma quinta série, uma sexta série, uma sétima série e uma oitava série.

Em 1995, a Escola Estadual IV Centenário funcionou em dois turnos, no diurno com três turmas de quintas séries, duas de sexta, uma de sétima e uma de oitava; no noturno, uma de quinta, uma de sexta, uma de sétima e uma de oitava. Em 1992, foi criada a Associação de Pais e Mestres da escola.

A partir de 15 de novembro de 1993, o Secretário de Estado da Educação, de acordo com a Resolução nº 6.301/93, autorizou a implantação, para 1994, do Ensino de 2º Grau com o curso de Educação Geral com área de concentração em Agricultura.

Por meio da Resolução nº 2.788/94, de 31 de maio de 1994, Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), autorizou o funcionamento do curso de 2º Grau – Educação Geral - área de concentração, agricultura, passando a denominar-se Colégio Estadual IV Centenário – Ensino de 1º e 2º Grau.

No ano de 1995, pela Resolução nº 4.281/95, foi prorrogado o prazo da autorização de funcionamento do curso de 2º Grau – Educação Geral, por mais dois anos, conforme o Parecer nº 420/97 sob a Resolução 2.788/94.

Em conformidade com a Deliberação nº 003/98 do CEE-PR, e da Resolução nº 3120/98-SEED-PR, alterou a nomenclatura passando a denominar-se Colégio Estadual IV Centenário - Ensino Fundamental e Médio.

Em 1998, foi implantada a Lei 9394/96, e por meio da Deliberação nº 003/98, o estabelecimento de ensino passou a denominar-se Colégio Estadual IV Centenário – Ensino Fundamental e Médio, tendo sua proposta curricular reformulada e aprovada em 20 de outubro de 1999, por meio do Parecer 220/99.

No ano 1994, foi montado um processo de reconhecimento para o ensino fundamental e para o ensino médio e que foram aprovados simultaneamente pelo Parecer nº 420/97, de 31 de maio de 1994.

O Governo do Estado do Paraná, no ano de 1999, ampliou a área construída regulamentado pelo Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio (PROEM) onde foram construídos uma sala multiuso e um laboratório de informática.

Em 2000, mais um pavilhão foi construído com sanitários feminino e masculino, um banheiro para alunos com deficiência, um laboratório de química e mais quatro salas de aula.

O prédio possui uma área construída de 2.888,00 metros quadrados, num terreno de 6.000,00 metros quadrados. O Colégio, de propriedade do Estado, funciona em dualidade administrativa com a Escola Municipal Germana Afonso Moleiro, nos três períodos (matutino, vespertino e noturno).

O Colégio Estadual IV Centenário atende alunos com dificuldades de aprendizagem no período vespertino e oferta o curso de Língua Estrangeira Moderna de Espanhol.

6.1.6 Colégio Estadual Bandeirantes D'Oeste

O Colégio Estadual Bandeirantes D'Oeste – Ensino Fundamental e Médio iniciou o funcionamento no ano de 1979, como extensão da Escola Estadual Ribeiro de Campos, do município de Goioerê, com três turmas de 5ª série no período noturno. No ano de 1981, continuou o funcionamento, desmembrando-se da Escola Estadual Ribeiro de Campos e ficando apenas a 7ª série pertencente à referida escola. Com a Deliberação nº 040/75 e 30/80 do CEE-PR e Resolução Conjunta nº 77, de 24 de junho de 1982 foi criada a Escola Estadual Bandeirantes D'Oeste - Ensino de 1º Grau, mantida pelo Governo do Estado do Paraná para ministrar o ensino correspondente às quatro últimas séries do 1º grau.

Pela Resolução nº 2.057, de 30 de junho de 1983, passou a denominar-se Escola Estadual Bandeirantes D'Oeste – Ensino de 1º Grau. Por meio da Resolução nº 1.059/85, foi prorrogado o prazo de concessão de funcionamento. Em 29 de maio de 1986 foi reconhecido o curso de 1º Grau, bem como o estabelecimento, pela Resolução nº 2.064/86, de 11 de junho de 1986.

Em conformidade à Deliberação nº 003/98 do CEE-PR e Resolução nº 3.120/98, alterou-se a nomenclatura para Escola Estadual Bandeirantes D'Oeste – Ensino Fundamental.

Em 2007, pela Resolução nº 5.054/07, foi autorizado o funcionamento do ensino médio, e o Colégio passou a denominar-se Colégio Estadual Bandeirantes D'Oeste – Ensino Fundamental e Médio.

O Colégio funciona atualmente (2015) em dualidade com a rede municipal, no prédio da Escola Municipal Presidente Castelo Branco, no distrito de Bandeirantes D'Oeste.

6.2 Infraestrutura

A infraestrutura das instituições que ofertam a educação básica no Município estão demonstradas nas tabelas a seguir.

Tabela 3. Infraestrutura das instituições de ensino existentes no Município, 2015

Instituição de Ensino	Infraestrutura								
	Quadra de esportes	Parque infantil	Refeitório	Laboratório de Informática	Biblioteca	Água	Esgoto	Energia Elétrica	Acessibilidade
Centro Municipal de Educação Infantil Coração de Maria	-	X	X	-	-	X	X	X	-
Centro Municipal de Educação Infantil Luiz Fava	-	-	X	-	-	X	X	-	-
Escola Municipal Germana Afonso Moleiro	X	-	X	X	X	X	X	X	X
Escola Municipal Presidente Castelo Branco	X	-	X	X	X	X	X	-	X
Colégio Estadual Quarto Centenário	X	-	X	X	X	X	X	X	X
Colégio Estadual Bandeirantes D'Oeste	X	-	X	X	X	X	X	-	X

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Verifica-se, diante dos dados apresentados (tabela 3) que na rede municipal de ensino, os CMEIs precisam de melhorias quanto à infraestrutura, pois não possuem biblioteca, laboratório de informática e nem acessibilidade nos seus espaços, como rampas, banheiros adaptados, entre outros itens necessários.

Os laboratórios de informática existentes nas escolas municipais possuem acesso à internet. A utilização dos mesmos pelos alunos não obedece um cronograma definido, nem as aulas estão contempladas no projeto político pedagógico.

Tabela 4. Infraestrutura das instituições que ofertam a educação infantil, 2015 (continua)

Descrição do Prédio	Total de instituições que possuem o item relacionado
Salas de aula sendo utilizadas para outras atividades	03
Sala de direção/equipe	03
Sala de professores	02
Refeitório	02
Copa/Cozinha	03
Parque Infantil	01
Pátio coberto (creche) / Quadra coberta (pré-escola)	01

Tabela 4. Infraestrutura das instituições que ofertam a educação infantil, 2015 (encerra)

Descrição do Prédio	Total de instituições que possuem o item relacionado
Banheiro de funcionários/professores	03

Banheiro de crianças/alunos	03
Sala de depósito	02
Sala de TV/DVD	01
Berçário (creche)	02
Lactário (creche)	01

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Tabela 5. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam a educação infantil, 2015

(continua)

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado
Esportes e brincadeiras	
Colchonetes	03
Conjunto de brinquedos para parquinho	01
Cozinha	
Congelador/Freezer	03
Refrigerador/Geladeira	03
Fogão comum para lactário (creche)	01
Fogão industrial	03
Liquidificador	03
Botijão de gás	03
Coleções e materiais bibliográficos	
Enciclopédias	01
Dicionários	03
Literatura Infantil	02
Material complementar de apoio pedagógico	02
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	
Televisor	03
DVD	03
Suporte para TV e DVD	03
Máquina fotográfica	03
Aparelho de CD e rádio	03
Setor de Informática	
Computador para administração/docentes	03
Impressora	03
Copiadora multifuncional	02
Guilhotina de papel	01
Mobiliário e aparelhos em geral	
Mobiliário infantil	03
Arquivo de aço	02
Mesa de reunião	01

Tabela 5. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam a educação infantil, 2015

(encerra)

Descrição	Total de instituições que possuem o item
-----------	--

	relacionado
Mesa para refeitório	03
Berços e colchões (creche)	02
Banheira com suporte (creche)	02
Quadro para sala	03
Bebedouro	02
Máquina de lavar roupa	03
Secadora	02
Telefone	03
Ar condicionado nas salas (de atividades ou de aula)	03
Circulador de ar ou ventilador nas salas	02

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Tabela 6. Infraestrutura das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

Descrição do Prédio	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede Municipal	Rede Estadual
Salas de aula sendo utilizadas para outras atividades	-	02
Sala de direção/equipe	02	02
Sala de professores	02	02
Sala de leitura/biblioteca/computação	-	01
Laboratório de Informática	01	02
Laboratório de Ciências	-	01
Refeitório	01	01
Copa/Cozinha	01	01
Quadra coberta	01	01
Banheiro de funcionários/professores	02	02
Banheiro de alunos	02	02
Sala de depósito	01	01

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

6.3 Matrículas

6.3.1 Educação infantil

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é ofertada nos CMEIs Coração de Maria e Luiz Fava e na Escola Municipal Presidente Castelo Branco.

A educação em tempo integral é ofertada somente para as crianças da faixa etária de zero a três anos de idade.

Tabela 7. Instituições de ensino que ofertam a educação infantil, 2015

Instituição de Ensino	Turnos
CMEI Coração de Maria	M, V, I

CMEI Luiz Fava	M, V, I
Escola Municipal Presidente Castelo Branco	M

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: M - Matutino; V – Vespertino; I - Integral.

No período de 2011 a 2014 observou-se um aumento no número de alunos de zero a três anos, decaindo em 2015 em decorrência das mudanças legais quanto à idade de ingresso do aluno na pré-escola.

Tabela 8. Matrículas da educação infantil, 2011 – 2015

Redes de ensino / Faixa etária	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Municipal (0 a 3 anos)	I	92	06	102	06	112	07	144	08	109	08
Municipal (4 a 5 anos)	M	39	02	43	02	27	02	36	02	61	05
	V	27	03	61	04	44	04	57	04	49	03
Total Geral		158	11	206	12	183	13	237	14	219	16

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral.

6.3.2 Ensino fundamental

O ensino fundamental, segunda etapa da educação básica, é ofertado pela rede municipal (anos iniciais) e rede estadual (anos finais).

Tabela 9. Instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

Instituição de Ensino	Tipo de organização
Escola Municipal Germana Afonso Moleiro	Ciclo/ano
Escola Municipal Presidente Castelo Branco	Ciclo/ano
Colégio Estadual IV Centenário	Ano
Colégio Estadual Bandeirantes D'Oeste	Ano

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

De acordo com os dados apresentados, houve queda de matrículas no ano de 2015. Devido ao fato do Município ser de porte pequeno e não ofertar oportunidades de trabalho permanente, as famílias migram para outras cidades ou estados em busca de melhores condições de trabalho.

Tabela 10. Matrículas do ensino fundamental, 2011 – 2015

Redes de Ensino	Turno	2011	2012	2013	2014	2015
Municipal	M	199	199	185	169	159

(anos iniciais)	V	189	153	156	146	151
Total - Rede Municipal		388	352	341	315	310
Estadual (anos finais)	M	166	96	97	104	96
	V	142	180	184	184	181
	N	66	50	22	-	-
Total - Rede Estadual		374	326	303	288	277
Total Geral		762	678	644	603	587

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: AL – Alunos; M – Matutino; V – Vespertino; N – Noturno.

6.3.3 Ensino médio

A última etapa da educação básica, o ensino médio, é ofertada no Município pela rede estadual, no Colégio Estadual IV Centenário, localizado na sede, e no Colégio Estadual Bandeirantes D'Oeste, no distrito.

Em 2015, a oferta ocorre somente nos períodos matutino e noturno, não havendo turmas no período vespertino.

Tabela 11. Instituições que ofertam o ensino médio, 2015

Instituição de Ensino	Localização	Total de alunos	Turnos
Colégio Estadual IV Centenário	Sede	75	Matutino
Colégio Estadual Bandeirantes D'Oeste	Distrito	67	Noturno

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Tabela 12. Evolução das matrículas do ensino médio regular, 2011 – 2015

Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Matutino	55	03	47	02	74	04	67	03	75	03
Vespertino	27	03	42	02	-	-	-	-	-	-
Noturno	90	05	88	05	126	07	127	07	67	04
Total Geral	172	11	177	09	200	11	194	10	142	07

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

6.3.4 Educação de jovens e adultos

O Município oferece a educação de jovens e adultos (EJA) Fase I, com duas etapas: alfabetização e ensino fundamental. O Estado suspendeu a EJA Fase II, por falta de demanda, e o Paraná Alfabetizado não está mais em funcionamento.

Tabela 13. Oferta da EJA, 2015

Programas / Cursos	Local	Número de alunos atendidos	Turno
--------------------	-------	----------------------------	-------

EJA Fase I Alfabetização	Escola Municipal Germana Afonso Moleiro	09	Noturno
EJA Fase I Ensino Fundamental	Escola Municipal Germana Afonso Moleiro	13	Noturno

Fonte: Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE), 2015.

Tabela 14. Matrículas da EJA, por programas ou cursos, 2011 – 2015

Programas / Cursos	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
EJA Fase I / 1ª Etapa	N	39	01	19	01	27	01	08	01	09	01
EJA Fase I / 2ª Etapa	N	25	01	32	01	10	01	08	01	13	01
Total Geral		64	02	51	02	37	02	16	02	22	02

Fonte: Censo Escolar.

Legenda: N – Noturno; AL – Alunos; TU - Turmas.

6.4 Recursos Humanos

Nas tabelas a seguir serão demonstrados o quadro funcional das instituições de ensino, nas diversas etapas.

Tabela 15. Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (40 horas)	-	-	-	-	-	02	-	02
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	02	-	02
Docência (20 horas)	-	-	-	-	03	05	-	08
Educador Infantil	-	-	-	01	03	02	-	06
Estagiário	-	-	-	15	01	-	-	16
Secretário Escolar	-	-	-	-	-	01	-	01
Merendeira	-	02	-	-	-	-	-	02
Auxiliar de Serviços Gerais	05	06	04	-	-	01	-	16
Total	05	08	04	16	07	13	-	53

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Siglas: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 16. Recursos humanos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, 2015

(continua)

Cargos / Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	SUP	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	01	-	01
Direção (40 horas)	-	-	-	-	01	-	01
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	03	-	03
Docência (20 horas)	-	-	-	-	20	-	20
Docência (40 horas)	-	-	-	-	04	-	04

Tabela 16. Recursos humanos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, 2015

(encerra)

Cargos / Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	SUP	ESP	MES	
Secretário Escolar	-	-	-	02	-	-	02
Bibliotecário	-	-	-	01	-	-	01
Merendeira	-	02	-	-	-	-	02
Auxiliar de Serviços Gerais	02	02	02	-	-	-	06
Total	02	04	02	03	29	-	40

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Siglas: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 17. Recursos humanos do ensino fundamental da rede estadual de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	SUP	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	01	-	01
Direção (40 horas)	-	-	-	-	01	-	01
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Docência (20 horas)	-	-	-	02	26	-	28
Docência (40 horas)	-	-	-	-	08	-	08
Secretário Escolar	-	-	-	-	01	-	01
Auxiliar de Secretaria	-	-	-	-	01	-	01
Auxiliar Administrativo	-	-	-	-	03	-	03
Bibliotecário	-	-	-	-	01	-	01
Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	05	-	01	-	06
Servente	-	-	-	-	01	-	01
Zeladora	-	-	-	-	01	-	01
Professor readaptado	-	-	-	-	03	-	03
Total	-	-	05	02	50	-	57

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Na rede municipal falta auxiliar de secretaria, auxiliar de serviços gerais, guarda, professor pedagogo, além de psicopedagogo e psicólogo.

Na rede estadual há falta de auxiliar de secretaria, auxiliar de serviços gerais, guarda e professor pedagogo.

Tabela 18. Recursos humanos para o atendimento do ensino médio na rede estadual de ensino, 2015

(continua)

Cargos / Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	SUP	ESP	MES	
Direção (40 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Docência (20 horas)	-	-	-	02	27	-	29
Auxiliar de Secretaria	-	-	-	01	-	-	01
Auxiliar Administrativo	-	-	-	03	-	-	03

Tabela 18. Recursos humanos para o atendimento do ensino médio na rede estadual de ensino, 2015

(encerra)

Cargos / Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	SUP	ESP	MES	
Bibliotecário	-	-	-	01	-	-	01
Auxiliar de Serviços Gerais	-	-	05	-	01	-	06
Servente	-	-	-	-	01	-	01
Zeladora	-	-	-	-	01	-	01
Professor readaptado	-	-	-	02	-	-	02
Total	-	-	05	09	34	-	48

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

6.5 Indicadores Educacionais

6.5.1 Rendimento escolar

As taxas de aprovação, reprovação e evasão na educação básica encontram-se nas tabelas a seguir.

Tabela 19. Rendimento escolar no ensino fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014

Rede de Ensino	Percentuais											
	2011			2012			2013			2014		
	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
Municipal	85	15	-	85	15	-	90	10	-	91	9	-
Estadual	89	10	1	82	11	7	90	8	2	86	11	3

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

Tabela 20. Rendimento escolar dos alunos do ensino médio regular, por rede de ensino, 2011 – 2014

Rede de Ensino	Percentuais											
	2011			2012			2013			2014		
	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
Estadual	78,5	21,5	8	74,5	3,7	15,5	72	6,5	4,1	72,5	4,13	5

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

6.5.2 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. Para fazer essa medição, o IDEB utiliza uma escala que vai de 0 a 10. A meta para o Brasil é alcançar a média 6.0 até 2021.

Criado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (INEP) em 2007, o IDEB sintetiza em um único indicador dois conceitos importantes para aferir a qualidade do ensino no país: o Fluxo, que representa a taxa de aprovação dos alunos e o aprendizado, que corresponde ao resultado dos estudantes no SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), aferido pela Prova Brasil, avaliação

censitária do ensino público, e a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), avaliação amostral do SAEB, que inclui também a rede privada.

Tabela 21. Resultados dos IDEBs 2005-2013 no ensino fundamental e as metas previstas, 2007-2021

Instituição de Ensino	IDEB Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Escola Municipal Germana Afonso Moleiro	3,6	4,5	4,3	5,3	5,3	3,7	4,0	4,4	4,7	5,0	5,3	-	-
Escola Municipal Presidente Castelo Branco	-	4,1	3,6	-	6,2	-	4,3	4,7	4,9	5,2	5,5	-	-
Colégio Estadual IV Centenário	3,6	4,0	4,2	3,8	4,5	3,6	3,8	4,1	4,5	4,8	5,1	5,3	5,6
Colégio Estadual Bandeirantes D'Oeste	2,5	3,0	3,1	3,4	3,8	3,0	3,1	3,4	3,8	4,3	4,5	4,8	5,0

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Na rede municipal, as ações tomadas pelas instituições que atingiram ou ultrapassaram a meta prevista no último IDEB foram: reforço escolar; diminuição da reprova por processo ativo da recuperação concomitante e contínua; adequação da metodologia de acordo com a matriz curricular da Prova Brasil e Provinha Brasil (descritores) em consonância com a Proposta Pedagógica.

Na rede estadual: desenvolvimento de projetos complementares; compromisso por parte de pais e alunos; retomada de conteúdos com recuperação concomitante; adequação de metodologias de acordo com a realidade dos alunos.

6.6. Educação Especial

O Município não possui uma instituição especializada, por isso as pessoas que necessitam deste tipo de atendimento frequentam a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do município vizinho de Goioerê.

Quanto aos atendimentos de apoio especializado, a rede municipal de ensino oferta a classe especial e sala de recursos multifuncionais.

Tabela 22. Atendimento da educação especial no ensino regular, 2015

Instituição de Ensino	Classe Especial	Sala de Recursos
-----------------------	-----------------	------------------

			Multifuncionais	
	AL	TU	AL	TU
Escola Municipal Presidente Castelo Branco	-	-	05	01
Escola Municipal Germana Afonso Moleiro	02	01	12	01
Total	02	01	17	02

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas.

Tabela 23. Evolução das matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2012 – 2015

Etapas / Modalidades de ensino	Quantidade de alunos por ano			
	2012	2013	2014	2015
Creche	01	02	02	03
Pré-escola	-	-	-	03
Ensino Fundamental (anos iniciais)	23	22	22	17
Ensino Fundamental (anos finais)	07	07	09	07
Ensino Médio	-	-	-	01
Total	31	31	31	31

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Tabela 24. Matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos nas salas regulares, 2015

Deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação de Jovens e Adultos
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	Anos iniciais	Anos finais		
Deficiência Mental	-	-	02	-	-	-
Deficiência Visual	-	01	-	-	-	-
Deficiência Auditiva	-	-	01	-	-	-
Hiperatividade	03	01	-	-	-	-
Sensorial	-	-	01	-	-	-
Intelectual	-	-	12	07	01	-
Asperger	-	01	01	-	-	-
Totais	03	03	17	07	01	-

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Tabela 25. Formação dos professores que atuam nas classes regulares com alunos inclusos, 2015

Formação	Rede Municipal	Rede Estadual
Formação Específica	06	01
Outra Formação	-	-
Total	06	01

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

Tabela 26. Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, 2015

Atendimento	Realiza o atendimento listado	
	Rede Municipal	Rede Estadual
Oferta às crianças da faixa etária de 0 a 3 anos a estimulação precoce.	X	-
Oferta cursos sobre o atendimento básico a alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação para os professores em exercício.	-	-
Aplica anualmente testes de acuidade auditiva e visual em todos os alunos.	-	-
Possui livros didáticos e/ou de literatura falados, em Braille e em caracteres ampliados para todos os alunos cegos e para os de visão subnormal.	-	-
Possui aparelhos de amplificação sonora e outros equipamentos que facilitem a aprendizagem dos educandos surdos e aos de visão subnormal.	-	-
Oferta o ensino da Língua Brasileira de Sinais (para alunos, familiares, comunidade escolar).	-	-
Usa equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do aluno com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	-	-
Possui, no Projeto Pedagógico, a inclusão do atendimento educacional especializado, com definição de recursos disponíveis e oferecimento de formação em serviço aos professores em exercício.	-	-
Definiu as condições para a terminalidade aos educandos que não puderam atingir níveis superiores de ensino.	-	-
Possui acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, conforme normas técnicas vigentes.	X	-
Reduziu o número de alunos por turma, onde estão incluídos os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	X	-
Flexibilizou e realizou a adaptação curricular, em consonância com a proposta pedagógica.	-	-
No caso da existência de superdotados, a instituição de ensino desenvolve projetos de aceleração para estes alunos ou de enriquecimento curricular.	-	-
No caso da instituição ofertar classe especial ou sala de recursos multifuncionais: o atendimento é extensivo a alunos de outras instituições próximas, nas quais ainda não existe este atendimento.	-	-

Fonte: Instituições de Ensino, 2015.

6.7 Educação Superior

Os universitários de Quarto Centenário frequentam entidades de ensino superior, públicas e privadas da região, principalmente de Umuarama, Campo Mourão e

Assis Chateaubriand, utilizando para o seu deslocamento transporte contratado de empresas privadas.

Atualmente (2015), são 67 acadêmicos que se deslocam diariamente para estas cidades: 30 para Campo Mourão, 30 para Umuarama e sete para Assis Chateaubriand.

Em janeiro de 2003, foi criada a Associação dos Universitários de Quarto Centenário (ASSUQ) com a finalidade de prover e organizar o transporte universitário destes acadêmicos. A diretoria da ASSUQ é composta por um presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, tesoureiro e um conselho fiscal. Todos os cargos são exercidos sem qualquer remuneração ou qualquer tipo de benefício.

A ASSUQ mantém convênio firmado com a Prefeitura de Quarto Centenário, para repasse mensal de recursos, visando a manutenção do transporte de seus associados.

As maiores dificuldades enfrentadas pelos universitários do Município estão relacionadas à distância das instituições de ensino superior existentes na região. Tanto Umuarama quanto Campo Mourão e Assis Chateaubriand são cidades distantes do Município o que faz com que o transporte, mesmo com o auxílio da Prefeitura, se torne inacessível para alguns acadêmicos que acabam desistindo da faculdade devido ao preço do transporte.

6.8 Educação Profissional

No Município não há oferta de cursos profissionalizantes ou técnicos, somente de curso básicos para a qualificação ou requalificação profissional da população.

Estes cursos são ofertados pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Sindicato Rural.

Tabela 27. Cursos de qualificação profissional ofertados pelo CRAS, 2014

Curso	Parcerias	Público Alvo
Costureiro Industrial	PRONATEC/SENAI	Adultos
Olericultura	Sindicato Rural/SENAR	Contemplado Programa Mora Bem – Paraná Rural
Panificação	Sindicato Rural/SENAR	Demanda CRAS
Plantas Medicinais	Sindicato Rural/SENAR	Demanda CRAS
Derivados do Leite	Sindicato Rural/SENAR	Demanda CRAS

Fonte: CRAS, 2015.

Sigla: PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Tabela 28. Perspectiva de oferta de novos cursos profissionalizantes pelo CRAS, 2015

Curso	Parcerias	Público Alvo
Derivados de mandioca	Sindicato Rural/SENAR	Demanda CRAS
Panificação	Sindicato Rural/SENAR	Demanda CRAS
Manicure/pedicure	PRONATEC	Jovens e adultos
Garçom	PRONATEC	Jovens e adultos

Fonte: CRAS, 2015.

Por ser um Município pequeno e sem instituições para a oferta desta modalidade de educação, poucos avanços podem ser observados. Neste sentido, uma conquista importante foi o incentivo ofertado pela administração municipal na questão da oferta do transporte para os estudantes se deslocarem até outros municípios para essa formação.

6.9 Valorização do Magistério

Desmembrado de Goioerê, Quarto Centenário deu início à sua primeira administração no ano de 1997, adotando como Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais, o Estatutário, firmado pela Lei nº 034/97, de 05 de setembro de 1997.

Em 31 de março de 2000, implementou-se o Plano de Carreira do Magistério pela Lei nº 093/2000 para os seguintes cargos: Professor Docente (aqueles que, nas unidades escolares, ministram o ensino sistemático no desempenho de atividades docentes) e Profissional de Suporte Pedagógico à Docência -Orientador Educacional e Supervisor (aqueles que atuam em atividades voltadas para planejamento, administração, supervisão, orientação e inspeção escolar).

Em 10 de agosto de 2011, pela Lei nº 407/2011, o cargo de Monitor de Centro de Educação Infantil, criado no quadro geral da administração, foi transformado em Educador Infantil, incluindo-o no quadro do magistério público municipal.

Esta Lei ficou em vigor até o ano de 2015, quando foi substituída pela Lei nº 516/2015, publicada em 12 de junho de 2015, prevendo os seguintes cargos: Educador Infantil, o titular de cargo da Carreira do Magistério Público Municipal, com atuação exclusiva na educação infantil; e Professor, o titular de cargo da Carreira do Magistério Público Municipal, com atuação na educação infantil e/ou anos iniciais do ensino fundamental.

A partir dessa Lei, os ocupantes de cargo de Orientador Educacional e Supervisor passaram a integrar o quadro em extinção.

O exercício das funções de suporte pedagógico requer as seguintes formações:

- Pedagogia ou outra licenciatura com pós-graduação específica para o exercício de atividades da função de coordenação pedagógica;
- Pedagogia ou outra licenciatura com pós-graduação na área da educação para o exercício das funções de direção e de assessoria pedagógica e educacional.

Os profissionais do magistério, titulares de cargo de Educador Infantil, só podem exercer funções de suporte pedagógico em instituições com atendimento exclusivo em educação infantil ou na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

O exercício das funções de suporte pedagógico dos profissionais do magistério tem como pré-requisito a experiência docente de no mínimo dois anos, adquirida em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado.

O ingresso na carreira se inicia mediante aprovação e classificação em concurso público de provas e títulos. Satisfeitas essas etapas o profissional é enquadrado na Classe 1 e no Nível conforme a sua formação, permanecendo até cumprir o estágio probatório de três anos de efetivo exercício. Durante este período são apurados os requisitos necessários à confirmação do mesmo no cargo para o qual foi nomeado: idoneidade moral, assiduidade, disciplina, eficiência, pontualidade e responsabilidade.

Constitui requisito para ingresso na Carreira, no cargo de Educador Infantil, a formação em nível médio, na modalidade normal; ou em nível superior, em curso de graduação em Pedagogia com habilitação ao magistério da educação infantil e/ou anos iniciais do ensino fundamental; ou em curso normal superior.

Para o cargo de Professor, a formação exigida para atuação multidisciplinar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental é em nível médio, na modalidade normal; ou em nível superior, em curso de graduação em Pedagogia com habilitação ao magistério da educação infantil e/ou anos iniciais do ensino fundamental; ou em curso normal superior.

Para atuação em áreas específicas do conhecimento ou componente curricular, a formação é em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena específica; ou outra graduação correspondente às áreas do conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente.

A carga horária dos professores é de 20 horas semanais e para o cargo de Educador Infantil a carga horária é de 40 horas semanais de trabalho.

A progressão da carreira acontece de duas maneiras, ou seja, de forma vertical e horizontal. A promoção vertical é automática após a conclusão do estágio probatório e vigora no mês subsequente àquele em que o interessado apresentar documento comprobatório da nova habilitação ou titulação.

O avanço horizontal, após o cumprimento do estágio probatório, dar-se-á aos integrantes da Classe que tenham cumprido o interstício de vinte e quatro meses de efetivo exercício, mediante critérios devidamente pontuados e decorre de avaliação que considera o desempenho e a qualificação do profissional.

Logo, sua progressão se dá por merecimento, ou seja, pela demonstração por parte do professor, profissional de apoio pedagógico ou educador infantil do fiel cumprimento dos seus deveres, bem como da continua atualização e aperfeiçoamento para o desempenho de suas atividades.

A tabela de vencimentos foi atualizada, sendo implantado o piso salarial. Além do vencimento do cargo, os profissionais do magistério podem receber gratificações, adicional por tempo de serviço e prêmio assiduidade.

O prêmio assiduidade é concedido aos profissionais do magistério, em efetivo exercício em funções de docência na educação infantil e/ou no ensino fundamental, que não apresentarem licenças ou afastamentos durante o mês letivo, justificados ou não.

As substituições são feitas por turnos extraordinários, elevando seu período por mais vinte horas, de modo a não ultrapassar a carga horária total de quarenta horas.

Os profissionais do magistério podem, no interesse do ensino e sem prejuízo do mesmo, a cada quinquênio de exercício em funções de magistério, licenciar-se do cargo efetivo com o respectivo vencimento e vantagens de caráter permanente, pelo prazo máximo de três meses, para participar de cursos de qualificação profissional.

Tabela 29. Formação dos profissionais do magistério público municipal concursados, 2015

Formação – Profissionais do Magistério				Total Geral
Magistério	Graduação	Especialização	Mestrado	51
01	20	30	0	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Tabela 30. Quadro real dos profissionais do magistério (concursados, contratados, em função gratificada), 2015

Número total de profissionais com:				Total Geral
Magistério	Graduação	Especialização	Mestrado	80
16	24	40	0	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Os profissionais que integram o quadro funcional dos contratados e em função gratificada são:

- 11 educadoras infantis – estagiárias;
- 04 educadoras infantis em função gratificada;
- 09 professores com dobra de período;
- 01 professora em função gratificada atuando na EJA;
- 04 estagiários como auxiliares em sala de aula.

O último concurso público foi realizado no ano de 2012, havendo necessidade de novo concurso para suprir vagas na educação infantil, num total de no mínimo cinco vagas para educador infantil.

A Secretaria Municipal de Educação oferta um total de 144 horas de formação, sendo 72 horas em Língua Portuguesa e 72 horas em Matemática. Os cursos acontecem durante o ano letivo, organizado em cronograma e dividido entre oficinas e monitoramento com professores.

Na Educação Infantil, a carga horária é de 48 horas com temas específicos desta etapa de ensino.

Desde 2012 o Município tem ofertado formação continuada com vasta carga horária para Educação Infantil e Ensino Fundamental, com monitoramento para auxiliá-los na prática.

Os professores também participaram da formação ofertada pelo Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

6.10 Profissionais de Apoio à Educação

Os servidores que atuam nas instituições de ensino da rede municipal como secretário escolar, merendeira, auxiliar de biblioteca, auxiliar de serviços gerais e guarda-noturno, não possuem plano de carreira. Além disso, estes profissionais também não participam de capacitações específicas.

Tabela 31. Profissionais de apoio à educação, concursados e atuantes nas instituições de ensino da rede municipal, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Secretário Escolar	-	-	-	-	01	01	-	02
Auxiliar de Biblioteca	-	-	-	-	01	-	-	01
Merendeira	02	02	-	-	-	-	-	04
Auxiliar de Serviços Gerais	03	06	02	-	-	01	-	12
Guarda-noturno	-	01	-	-	-	-	-	01
Total	05	09	02	-	02	02	-	20

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Siglas: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Além do quadro de recursos humanos apresentado na tabela 30, conta-se ainda com: uma secretária com função gratificada e formação superior; uma auxiliar de secretaria, estagiária com ensino fundamental; 11 educadoras Infantis, estagiárias, com formação em nível médio na modalidade normal (magistério); quatro educadoras infantis – uma em função gratificada com formação superior e três com formação em magistério.

6.11 Órgão Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer tem como principais atribuições formular e coordenar a política municipal de educação e supervisionar sua execução nas instituições que compõem sua área de competência, além de estabelecer mecanismos que garantam a qualidade do ensino público municipal.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer funciona nas dependências do Centro Cultural de forma precária, sem condições de privacidade (apesar de a situação ser provisória, até que termine a construção de outro prédio público).

Em uma mesma sala, trabalham todos os funcionários, nutricionista, orientadora educacional, secretário administrativo e a dirigente da educação.

Uma mesma secretaria agrega educação, cultura, esporte e o lazer, o que acaba comprometendo a eficácia do trabalho, tendo em vista que os setores como cultura e esporte não dispõem de pessoal especializado, ficando a cargo dos mesmos atividades não afins às suas formações.

Quanto às instituições de ensino, sob a responsabilidade da Secretaria, dois centros municipais de educação infantil (CMEIs) e duas escolas compõem a rede escolar. Não há descentralização de recursos, todo tipo de necessidade que as instituições apresentam são encaminhadas à Secretaria, que as atende na medida do possível.

Os conselhos escolares estão instituídos em todas as escolas municipais e a atuação deste colegiado se dá por meio de reuniões quando solicitada, quanto aos resultados, nem sempre são satisfatórios por serem conselheiros com pouca disponibilidade. Até o momento, nunca foi ofertada capacitação aos conselheiros.

Tabela 32. Organização da educação básica na rede municipal de ensino, 2015

Etapas da Educação Básica	Número de alunos	Número de classes	Número de docentes	Alunos por Classes	Jornada do Aluno (horas/dia)	Jornada Semanal do Professor
Creche	109	08	16	13	8	40
Pré-Escola	110	07	12	16	4	20
Ensino Fundamental – Anos Iniciais	315	17	22	18	4	20

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

A escolha dos diretores é por indicação do poder executivo, levando em consideração que são escolhidos professores do cargo efetivo do magistério.

Os projetos implementados pela Secretaria são o Programa Mais Educação e o Projeto Cidadãos do Futuro, além de projetos específicos das instituições de ensino.

O Projeto Cidadãos do Futuro é realizado em atendimento escolar de contraturno em um laboratório de informática composto por 15 computadores com acesso à internet. O laboratório conta com um instrutor exclusivo para o atendimento dos alunos, que é realizado de acordo com cronograma de aulas.

Tabela 33. Projetos desenvolvidos nas instituições de ensino, 2015

Instituição de Ensino	Nome do Projeto	Número de alunos participantes
CMEI Coração de Maria	Mostra de Arte Cultural.	Todos
	Busão da Imaginação.	195
CMEI Luiz Fava	Busão da Imaginação.	21
Escola Municipal Germana Afonso Moleiro	- Agrinho;	231
	- Mais Educação;	231
	- Escola no Campo;	64
	- Leitor do ano;	86
	- Plante um Sorriso;	80
	- Busão da Imaginação.	217
Escola Municipal Presidente Castelo Branco	- Agrinho;	58
	- Escola no Campo;	16
	- Álbum de Figurinhas;	72
	- Busão da Imaginação;	72
	- Mais Educação;	58
	- Monteiro Lobato;	16
	- Leitor do ano.	16

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Muitos dos projetos são desenvolvidos em parceria com empresas como a Cooperativa Agroindustrial Consolata (COPACOL), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e com o Ministério da Educação (MEC).

Tabela 34. Parcerias firmadas pelas instituições de ensino, 2015

Tipo de Parceria	Parceiro(s)	Objetivos da Parceria	Resultados Obtidos
Materiais	COPACOL	Despertar no aluno o gosto pela leitura.	Alunos inseridos no mundo da leitura.
Materiais	SENAR	Trabalhar a saúde e segurança pessoal e ambiental, principalmente às crianças do meio rural.	Alunos conscientes de seu papel na sociedade.
Financeiro	MEC	Cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil.	Melhoria significativa na qualidade de vida dos alunos dentro da instituição de ensino.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Além da merenda e transporte escolar, a rede municipal de ensino atende os alunos da educação infantil e do ensino fundamental, com outros programas suplementares:

- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): o recurso é gerenciado pela Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) do estabelecimento de ensino (Escola Germana Afonso Moleiro, Escola Presidente Castelo Branco e Centro Municipal de Educação Infantil Coração de Maria). Todos os alunos da rede municipal são beneficiados com o recurso deste programa;
- Biblioteca da Escola: os livros recebidos estão à disposição de alunos e professores nas bibliotecas das escolas (Escola Germana Afonso Moleiro e Escola Presidente Castelo Branco);

- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): os livros são escolhidos pela comunidade escolar (Escola Germana Afonso Moleiro e Escola Presidente Castelo Branco);
- Programa Saúde do Escolar: são desenvolvidas ações de prevenção com temas específicos para todos os alunos da rede municipal e estadual de ensino, em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde;
- Programa Bolsa Família: há um rigoroso acompanhamento de frequência escolar dos alunos da rede pública, alvo do programa.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, os avanços sentidos na área educacional, foram:

- aprovação de diversos projetos voltados ao desenvolvimento da educação, cultura e esporte;
- melhor capacidade no gerenciamento de projetos voltados à educação, cultura e ao esporte;
- aprovação do Plano de Carreira do magistério municipal;
- implantação de projetos diversos voltados ao desenvolvimento da educação municipal;
- aumento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDEB) municipal;
- queda na taxa de reprovação de alunos na rede municipal;
- melhoria da comunicação entre escolas e Secretaria de Educação;
- melhoria dos espaços físicos dos centros de educação infantil de modo a garantir matrícula para todas as crianças de zero a três anos e as de quatro e cinco anos de idade.

A Secretaria Municipal de Educação elenca como ações prioritárias para a melhoria dos serviços ofertados:

- capacitação específica para os gestores da rede municipal – diretores e pessoal da Secretaria de Educação;
- adequação do espaço físico da Secretaria de Educação para o devido andamento dos trabalhos;
- desmembrar da Secretaria de educação as pastas de Cultura, Esporte e Lazer.

7. FINANCIAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Os recursos públicos destinados à educação têm origem em receita de impostos próprios da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; receita de transferências constitucionais e outras transferências; receita da contribuição social do salário-educação e de outras contribuições sociais.

A Constituição Federal determina que União aplique, no mínimo, 18% para educação e os estados, o Distrito Federal e os municípios, 25%. É da esfera federal que provém a maior soma de recursos para o ensino superior, enquanto os estados e municípios os destinam mais para o ensino fundamental.

Tabela 35. Recursos aplicados em educação, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00)

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Educação Especial	EJA	Total
2013	1.075.454,40	2.003.988,80	141.043,20	217.441,60	3.434.931,62
2014	1.459.701,96	1.940.110,20	147.817,92	98.545,26	3.646.174,30
2015 (*)	2.013.188,16	2.849.718,40	220.623,36	202.238,08	5.285.769,06

Fonte: Secretaria da Fazenda – Prefeitura, 2015.

(*) Previsão.

Tabela 36. Indicadores de educação, 2013 – 2015

Indicadores	2013	2014	2015 (previsão)
Total de Matrículas providas pelo Município	585	592	575
Total de Usuários do Transporte Escolar Municipal	102	81	75
Total de Atendidos com a Merenda Escolar Municipal	585	593	575
Gastos com Educação – Recursos Próprios	1.741.826,42	1.620.421,04	3.469.641,44
Gastos com Educação – Recursos FUNDEB	1.470.183,49	1.641.617,46	1.660.523,31
Gastos com Educação – Recursos de Outras Fontes	225.921,75	384.135,80	155.604,25
Total de Gastos com Educação	3.437.931,62	3.646.174,30	5.285.769,06
Quantidade de Docentes	39	42	35
Total de Docentes Pagos com Recursos do FUNDEB	44	47	45
Total de Gastos com Pagamento de Docentes do FUNDEB	1.151.896,49	1.188.912,10	1.200.000,00
Total de Servidores na Educação	117	120	123

Fonte: Censo Escolar e Secretaria da Fazenda – Prefeitura, 2015.

Siglas: FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Tabela 37. Aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação municipal, 2013 – 2015

Indicadores Legais	2013	2014	2015 (*)
Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)	29,97	28,37	25
Percentual de aplicação do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério	74,91	69,17	70
Percentual de aplicação do FUNDEB em despesas com MDE, que não remuneração do magistério	25,09	30,83	30
Percentual das receitas do FUNDEB não aplicadas no exercício	0	0	0

Fonte: Secretaria da Fazenda – Prefeitura, 2015. (*) Previsão.

Tabela 38. Gastos com merenda escolar, 2013 – 2015

Ano	Valor Total	Repasse Federal	% Investido pela Prefeitura
2013	154.108,58	54.320,00	64,75
2014	169.465,94	70.912,00	58,15
2015*	250.000,16	81.300,00	67,48

Fonte: Secretaria da Fazenda – Prefeitura, 2015.

(*) Previsão.

A merenda escolar procura atender as necessidades nutricionais dos alunos e para isso, o Município conta com uma nutricionista que elabora e acompanha o cardápio das escolas, bem como o controle da qualidade e conservação dos produtos utilizados. A alimentação é bem variada, na qual são inseridos frutas e legumes adquiridos pela compra direto do produtor.

O transporte escolar é oferecido pelo Município em convênio com Estado e União, atendendo alunos tanto da rede municipal quanto estadual. Este transporta alunos da zona rural tanto para a sede quanto para o distrito, além de transportar alunos que fazem cursos técnicos em outro município e alunos que frequentam a APAE em Goioerê. Embora, haja renovação da frota, ainda não há veículos com acessibilidade para alunos com necessidades especiais.

Tabela 39. Alunos transportados ao ano, segundo a dependência administrativa, 2013 – 2015

Ano	Rede Municipal	Rede Estadual	Total
2013	102	137	239
2014	81	124	205
2015	75	137	212

Fonte: Censo escolar.

Tabela 40. Frota própria de veículos para o transporte escolar, 2013 – 2015

Ano	Ônibus	Outros	Total da Frota
2013	07	-	07
2014	07	01	08
2015	07	01	08

Fonte: Sistema de Gestão do Transporte Escolar (SIGET), maio de 2015.

Tabela 41. Valores da composição dos recursos anuais com transporte escolar, 2013 – 2015

Ano	Próprios	Estaduais	FUNDEB	MDE	Total
2013	32.900,00	100.041,03	35.600,00	91.480,00	260.041,03
2014	38.000,00	80.860,26	33.500,00	88.500,00	240.860,26
2015*	60.000,00	40.000,00	50.000,00	120.000,00	270.000,00

Fonte: Secretaria da Fazenda – Prefeitura, 2015.

(*) Previsão.

Os órgãos colegiados instituídos no Município de fiscalização social dos recursos aplicados na educação e de apoio à educação são: Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Tabela 42. Órgãos colegiados, 2015

Denominação	Número da Lei de criação	Representantes
Conselho Municipal de Educação	13/97 de 07/04/1997	Poder executivo, APMF, professores e estudantes.
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	282/2007 de 20/05/2007	Poder executivo, professores, diretores, servidores, pais, estudantes, Conselho Tutelar.
Conselho Municipal de Alimentação Escolar	44/98 de 03/03/1998	Poder executivo, Poder legislativo, professores, APMF.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Tabela 43. Produto Interno Produto (PIB) de Quarto Centenário, 1999 – 2011

Ano	PIB	Crescimento
1999	R\$ 42.445.538,00	---
2000	R\$ 39.374.954,00	-7,23%
2001	R\$ 45.422.793,00	15,36%
2002	R\$ 49.820.036,00	9,68%
2003	R\$ 73.620.099,00	47,77%
2004	R\$ 65.797.060,00	-10,63%
2005	R\$ 51.151.943,00	-22,26%
2006	R\$ 52.907.405,00	3,43%
2007	R\$ 61.092.128,00	15,47%
2008	R\$ 93.212.279,00	52,58%
2009	R\$ 86.767.160,00	-6,91%
2010	R\$ 88.845.064,00	2,39%
2011	R\$ 108.654.796,00	22,30%

Fonte: acesso no site <http://pib.data2.com.br/quarto-centenario-pr>, junho de 2015.

IV - METAS E ESTRATÉGIAS

As metas apresentadas a seguir são as metas propostas no Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, porém, as estratégias são baseadas no diagnóstico da realidade do município de Quarto Centenário – Paraná.

EDUCAÇÃO INFANTIL

META 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 1.1) Expandir o atendimento da educação infantil da rede municipal de ensino segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades do Município. *
- 1.2) Realizar, periodicamente, em parceria com as áreas da assistência social e saúde, levantamento da demanda por creche para a população de até três anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta.
- 1.3) Estabelecer, por meio da Secretaria Municipal de Educação, normas, procedimentos e prazos para definição do quantitativo da demanda das famílias por creches.
- 1.4) Buscar a adesão aos programas nacionais de construção e reestruturação de escolas e creches, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil. */***
- 1.5) Assegurar, na rede municipal de ensino, a avaliação da educação infantil, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes. *
- 1.6) Promover, na rede municipal de ensino, a formação continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior. *
- 1.7) Fomentar, na rede municipal de ensino, o atendimento das populações do campo na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada. *

- 1.8) Priorizar, na rede municipal de ensino, o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica e cursos de aperfeiçoamento aos profissionais da educação. *
- 1.9) Implementar, na rede municipal de ensino, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até três anos de idade, especialmente os portadores de necessidades especiais.
- ~~1.10) Garantir o atendimento da criança de zero a cinco anos em estabelecimentos municipais que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e que preservem as especificidades desta etapa de ensino. *~~
- 1.10) Garantir o atendimento do nascimento a cinco anos em estabelecimentos municipais que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e que preservem as especificidades desta etapa de ensino. **(Redação dada pela Lei Nº 641/2020)**
- 1.11) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância. *
- 1.12) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até três anos.
- ~~1.13) Assegurar, na rede municipal de ensino, o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de zero a três anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, ampliando esse atendimento às crianças de quatro e cinco anos.~~
- ~~1.13) Assegura, na rede municipal de ensino, o acesso à educação infantil em tempo integral para toda demanda manifesta de zero a três anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, ampliando gradativamente esse atendimento às crianças de quatro e cinco anos. **(Redação dada pela Lei Nº 591/2018)**~~
- 1.13) Assegurar na rede municipal de ensino, o acesso à educação infantil em tempo integral, para toda demanda manifesta do nascimento a três anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, ampliando esse atendimento às crianças de quatro e cinco anos. **(Redação dada pela Lei Nº 641/2020)**

1.14) Garantir o atendimento da população do campo na educação infantil, garantindo transporte escolar, em colaboração com a União, observando o limite geográfico entre moradia e instituição de ensino. *

ENSINO FUNDAMENTAL

META 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 2.1)** Apoiar e colaborar com a construção da proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do ensino fundamental, que o MEC irá elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação. *
- 2.2)** Colaborar com a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental. *
- 2.3)** Assegurar, na rede municipal de ensino, mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental, elaborando estratégias para suprir eventuais necessidades. *
- 2.4)** Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. **/**/**
- 2.5)** Promover, em parceria com o Estado, a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. **
- 2.6)** Desenvolver, na rede municipal de ensino, estratégias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial.
- 2.7)** Disciplinar, em colaboração com o Estado, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região. **
- 2.8)** Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural. ***

- 2.9)** Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre a escola e as famílias. ***
- 2.10)** Oferecer, na rede municipal de ensino, atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos municipais.
- 2.11)** Promover, na rede municipal de ensino, atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal.
- 2.12)** Construir espaço físico exclusivo para a Escola Municipal na sede do Município.
- 2.13)** Criar e contratar, na rede municipal de ensino, equipe multidisciplinar para atendimento exclusivo à educação nas seguintes especialidades: psicólogo, psicopedagogo, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.
- 2.14)** Adquirir materiais adaptados para alunos inclusos na rede municipal de ensino. *
- 2.15)** Estabelecer parceria com a rede estadual de ensino para promover melhor interação entre anos iniciais e finais do ensino fundamental. **

ENSINO MÉDIO

META 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 3.1)** Fomentar, junto ao Estado, a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades da população do Município. **
- ~~**3.2)** Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude. */**~~
- ~~**3.2)** Fomentar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programa de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à~~

~~interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violência, práticas irregulares de exploração de trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude. (Redação dada pela Lei Nº 591 de 2018)~~

- 3.2)** Fomentar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude. **(Redação dada pela Lei nº 641/2020)**
- 3.3)** Promover, em parceria com o Estado, a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude. **
- 3.4)** Fomentar, junto ao Estado, programas de educação e de cultura para os jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar. **
- 3.5)** Contribuir para a implementação de políticas de prevenção à evasão no ensino médio motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão. **
- 3.6)** Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas. **
- 3.7)** Fomentar a participação dos jovens no Exame Nacional do Ensino Médio, como critério de acesso à educação superior. */**

EDUCAÇÃO ESPECIAL

META 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- ~~**4.1)** Promover, na rede municipal de ensino, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de zero a três anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.~~

- 4.1) Promover, na rede municipal de ensino, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças do nascimento a três anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observando o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **(Redação dada pela Lei Nº 641/2020)**
- 4.2) Manter, na rede municipal de ensino, as salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada dos profissionais da educação para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo. *
- 4.3) Garantir, na rede municipal de ensino, a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação e ouvidos a família e o aluno. *
- 4.4) Aderir aos programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação. */***
- ~~4.5) Garantir, na rede municipal de ensino, a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de zero a dezessete anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos. *~~
- 4.5) Garantir na rede municipal de ensino, a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa, aos alunos surdos e com deficiência auditiva do nascimento a dezessete anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusiva, nos termos do ar. 22 do Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos. **(Redação dada pela Lei nº 641/2020)**
- 4.6) Garantir, na rede municipal de ensino, a oferta da educação inclusiva e promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado. *
- 4.7) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do

desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude. */***

- 4.8) Ampliar, quando necessário, na rede municipal de ensino, as equipes de profissionais da educação para atender a demanda do processo de escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de LIBRAS, prioritariamente surdos, e professores bilíngues. *
- 4.9) Buscar parcerias com instituições filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas na rede pública municipal de ensino. *
- 4.10) Buscar parcerias com instituições filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública municipal de ensino. *
- 4.11) Buscar parceria com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo. ***

ALFABETIZAÇÃO

~~META 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.~~

META 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 2º (segundo) ano do ensino fundamental. (redação dada pela Lei nº 641/2020)

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 5.1) Estruturar, na rede municipal de ensino, os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as

estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças. *

- 5.2) Instituir, na rede municipal de ensino, instrumentos de avaliação específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental. *
- 5.3) Apoiar a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos. */**/**
- 5.4) Fomentar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade. ***
- 5.5) Promover e estimular, na rede municipal de ensino, a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, e ações de formação continuada de professores para a alfabetização. *
- 5.6) Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. ***

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

META 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 6.1) Promover, com o apoio da União, a oferta gradativa de educação básica pública municipal em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo. *
- 6.2) Assegurar que as escolas públicas municipais tenham padrão arquitetônico e mobiliário adequado para atendimento em tempo integral. *
- 6.3) Buscar a adesão ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas municipais, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral. *

- 6.4)** Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques e centro cultural.
- 6.5)** Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública municipal. *
- 6.6)** Adotar, na rede municipal de ensino, medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais. *

IDEB

META 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:

Ano	Metas Projetadas			
	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Quarto Centenário	5,0	5,3	5,5	5,8
Anos Finais do Ensino Fundamental – Quarto Centenário	4,6	4,9	5,2	5,4

Ano	Metas Projetadas			
	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Quarto Centenário	5,0	5,3	6,2	6,5
Anos Finais do Ensino Fundamental – Quarto Centenário	4,6	4,9	5,2	5,4

(Redação dada pela Lei nº 641/2020)

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 7.1)** Assegurar, na rede municipal de ensino, que a maioria dos alunos do ensino fundamental alcance nível desejável de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo. *
- 7.2)** Assegurar, na rede municipal de ensino, as políticas públicas de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas municipais com os menores índices, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo as desigualdades gradativamente. *
- 7.3)** Implementar, na rede municipal de ensino, processo contínuo de autoavaliação das escolas municipais, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria

continua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

- 7.4)** Executar, em regime de colaboração com a União, o Plano de Ações Articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação municipal, voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar. *
- 7.5)** Acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas municipais, assegurando o acesso público às informações em sites oficiais do Município. *
- 7.6)** Incentivar, na rede municipal de ensino, a implementação de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem.
- 7.7)** Garantir transporte gratuito para todos os estudantes que moram na zona rural na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento. */**
- 7.8)** Universalizar, na rede municipal de ensino, com a colaboração da União, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação. *
- 7.9)** Apoiar a gestão escolar, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática. ***
- 7.10)** Assegurar aos alunos da rede municipal de ensino, em colaboração com a União, programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. *
- 7.11)** Assegurar a todas as escolas públicas municipais, o acesso à energia elétrica e abastecimento de água tratada, e garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de informática e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência. *
- 7.12)** Buscar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas municipais, visando à equalização regional das oportunidades educacionais. *

- 7.13)** Prover, na rede municipal de ensino, equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas municipais. *
- 7.14)** Criar, na rede municipal de ensino, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet. *
- 7.15)** Informatizar a gestão das escolas públicas municipais e da Secretaria Municipal de Educação.
- 7.16)** Aderir ao programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da Secretaria Municipal de Educação. *
- 7.17)** Garantir, em regime de colaboração, políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar. */**/**
- 7.18)** Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ***
- 7.19)** Garantir nos currículos escolares, da rede municipal de ensino, conteúdos sobre a História e as Culturas Afro-Brasileira e Indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil. *
- 7.20)** Consolidar a educação escolar do campo de populações tradicionais e de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural. ***
- 7.21)** Desenvolver, na rede municipal de ensino, currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação. *
- 7.22)** Mobilizar, através das escolas municipais, as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja

assumida como responsabilidade de todos e ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais. *

- 7.23)** Promover a articulação dos programas da área da educação, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional. *
- 7.24)** Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.
- 7.25)** Estabelecer, na rede municipal de ensino, ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.
- 7.26)** Aderir ao Sistema Nacional de Avaliação, para fortalecer as políticas públicas e orientar as práticas pedagógicas. */***
- 7.27)** Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem. ***
- 7.28)** Aderir ao Programa Nacional de Formação de Professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional. *
- 7.29)** Estabelecer políticas de estímulo às escolas municipais que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar. *

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – ESCOLARIDADE MÉDIA

META 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 8.1)** Aderir aos programas e às tecnologias estabelecidas em nível nacional e/ou estadual, para a correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado e recuperação e progressão parcial, bem como priorizar os

estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados. **/**

~~8.2) Assegurar a oferta de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial, sempre que houver demanda. **/**~~

8.2) Apoiar a oferta de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial, sempre que houver demanda. **(Redação dada pela Lei Nº 591 de 2018)**

8.3) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino. **/**

8.4) Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude. ***

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - ALFABETIZAÇÃO

META 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

9.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, sempre que houver demanda. **/**

9.2) Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos. **

~~9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica. **/**~~

9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos incentivando sua continuidade na escolarização básica. **(Redação dada pela Lei Nº 591 de 2018)**

- 9.4) Buscar a adesão ao programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização. *
- 9.5) Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil. **
- 9.6) Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de quinze anos de idade. **
- 9.7) Fomentar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos, em regime de colaboração, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde. */**/**
- 9.8) Incentivar a implementação de projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos. ***
- 9.9) Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos. **
- 9.10) Aderir aos programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos com deficiência, de forma que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população. */**
- 9.11) Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas. */**

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 10.1)** Estimular a oferta do programa de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica. */**
- 10.2)** Viabilizar mecanismos de expansão das matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores. */**
- 10.3)** Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos, e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo, inclusive na modalidade de educação a distância. */**
- 10.4)** Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. */**
- 10.5)** Buscar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência. */**/**
- 10.6)** Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, de forma que haja a articulação da formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos. **/**
- 10.7)** Fomentar a produção e/ou aquisição de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes da rede pública que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. **/**
- 10.8)** Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade. **
- 10.9)** Buscar a adesão ao programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. */**

- 10.10)** Incentivar a implementação de mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio. ***

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 11.1)** Fomentar, junto ao poder público estadual e federal, a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita. */**
- 11.2)** Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude. **
- 11.3)** Fomentar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade. **
- 11.4)** Fomentar que a oferta de educação profissional no Município esteja articulada aos dados do mercado de trabalho e às consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores. **

EDUCAÇÃO SUPERIOR

META 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 12.1)** Estimular a ampliação da oferta de estágio na rede municipal como parte da formação na educação superior.
- 12.2)** Assegurar ações de incentivo à mobilidade estudantil para as instituições de educação superior da região, tendo em vista o enriquecimento da formação em nível superior. *

- 12.3) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, considerando as necessidades locais, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.
- 12.4) Implantar estudos relacionados ao desenvolvimento cultural, social e econômico que o ensino superior possa proporcionar ao Município.
- 12.5) Garantir o transporte gratuito para estudantes universitários até os principais centros universitários ou onde há a maior concentração desses estudantes. */**

EDUCAÇÃO SUPERIOR

META 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

ESTRATÉGIA MUNICIPAL:

- 13.1) Estimular a participação da população em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular aqueles ligados às áreas de necessidades do Município

EDUCAÇÃO SUPERIOR

META 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

ESTRATÉGIA MUNICIPAL:

- 14.1) Estimular, por meio de dispositivos no Plano de Carreira do Magistério, a participação dos profissionais do magistério em programas de mestrado.

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

META 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 15.1) Incentivar a valorização das práticas de ensino e os estágios dos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando a articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica. ***

- 15.2) Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior, destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério. */**
- 15.3) Implantar, na rede municipal de ensino, política de formação continuada aos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério. *
- 15.4) Implementar, na rede municipal de ensino, programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a educação especial. *

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

META 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 16.1) Garantir, em regime de colaboração, que todos os profissionais do magistério público municipal, tenham formação continuada, e fomentar a oferta de pós-graduação por parte das instituições de educação superior existentes na região, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município. *
- 16.2) Buscar a adesão ao programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em LIBRAS e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação. *
- 16.3) Aderir ao programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público, fortalecendo a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura. *

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

META 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 17.1) Acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público municipal, assegurando esta atualização nas respectivas tabelas salariais do Plano de Carreira. *

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

META 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 18.1) Assegurar, na rede municipal de ensino que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90%, no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50%, no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício na rede escolar a que se encontrem vinculados.
- 18.2) Assegurar, na rede municipal de ensino, acompanhamento dos profissionais iniciantes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório.
- 18.3) Buscar, na rede municipal de ensino, a adesão à prova nacional na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério. *
- 18.4) (vetado)
- 18.5) Assegurar, na rede municipal de ensino, a manutenção da Comissão de Gestão do Plano de Carreira, com a participação dos profissionais do magistério, para subsidiar a reestruturação e implementação do Plano de Carreira de acordo com as mudanças da legislação educacional. *

GESTÃO

META 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- ~~19.1) Considerar, para a nomeação dos diretores de escola municipais, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar. *~~

- 19.1)** Considerar o processo eletivo para efetivação da gestão democrática, com a participação direta da comunidade escolar, e, na ausência de candidatos, considerar para nomeação dos gestores das escolas municipais, critérios técnicos de mérito e desempenho. **(Redação dada pela Lei nº 641/2020)**
- 19.2)** Aderir aos programas de apoio e formação de conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções. */***
- 19.3)** Realizar as conferências municipais visando o acompanhamento da execução deste PME a cada dois anos.
- 19.4)** Fortalecer as associações de pais, assegurando-lhes espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas municipais e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações. *
- 19.5)** Manter conselhos escolares na rede municipal de ensino e fortalecer o Conselho Municipal de Educação, visando dinamizar estes colegiados como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando condições de funcionamento autônomo.
- 19.6)** Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares. ***
- 19.7)** Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da rede municipal de ensino. ***
- 19.8)** Assegurar a oferta de cursos de formação para os gestores escolares municipais, em parceria com a União, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento destas funções. *
- 19.9)** Desmembrar a Secretaria Municipal de Educação, garantindo atenção exclusiva às questões educacionais.

FINANCIAMENTO

META 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 20.1)** Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento e controle da arrecadação dos impostos municipais.
- 20.2)** Destinar, na forma da lei, à manutenção e desenvolvimento do ensino, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos. *
- 20.3)** Assegurar a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a manutenção dos dados nos portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. *
- 20.4)** Implementar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) nos termos da legislação em vigor. *
- 20.5)** Dar cumprimento à Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, a partir de sua vigência. *

(*) O cumprimento desta Estratégia depende da colaboração da União.

(**) O cumprimento desta Estratégia depende da colaboração do Estado.

(***) O cumprimento desta Estratégia, ao que se refere às instituições de ensino que não são da rede municipal, depende dos programas e/ou da iniciativa de cada mantenedora.

V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

A implantação com sucesso, do Plano Municipal de Educação – PME, no município de Quarto Centenário, depende, não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas, também, de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações, a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

O Órgão Municipal de Educação, na figura do Dirigente Municipal de Educação, e o Conselho Municipal de Educação são responsáveis pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano, formando em conjunto o “Grupo de Avaliação e Acompanhamento do PME”. Desempenhará também um papel essencial nessas funções, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as metas e estratégias aqui estabelecidas, sugerindo sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

As metas nacionais e estratégias deste Plano, somente poderão ser alcançadas se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, portanto, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e pela sociedade civil, são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional, propiciando a inclusão social e a cidadania plena.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Para isto, deverão ser instituídos mecanismos de avaliação e acompanhamento, necessários para monitorar continuamente durante os dez anos de vigência, a execução do PME.

A primeira avaliação técnica será realizada no segundo ano após sua implantação, e as posteriores a cada dois anos. Além da avaliação técnica, realizada periodicamente, poderão ser feitas avaliações contínuas, com a participação das comissões de elaboração do PME, com a sociedade civil organizada, por meio de conferências, audiências, encontros e reuniões, organizadas pelo Grupo de Avaliação e Acompanhamento.

Os instrumentos de avaliação instituídos em nível nacional e estadual são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as prioridades, metas e estratégias propostas no PME estão sendo atingidas, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Constituição Federal de 1988.

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei nº 9.394/96, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Lei nº 11.494/07, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2015, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

SITES CONSULTADOS

http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/quarto-centenario_pr

<http://pib.data2.com.br/quarto-centenario-pr>